

Fichas do Contraditório da Avaliação do Programa de Cooperação Portugal Cabo Verde (2002-2007)

1. Recomendações ao IPAD

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>1. Utilizar o Documento de Operacionalização da Visão Estratégica como base e enquadramento para todas as opções e documentos, por parte da generalidade dos serviços do IPAD</p>	<p>IPAD: O Documento de Operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa data de 2006, ano em que se iniciou a sua utilização pelos diversos serviços do IPAD, de acordo com o Cronograma nele definido. Grande parte das medidas apontadas foi implementada no decurso de 2007, pelo que se espera que em 2008 se atinjam os objectivos pretendidos.</p>
<p>2. Agilizar os processos administrativos e de gestão financeira na implementação dos programas de cooperação, isto é, harmonizar e simplificar os processos de aprovação e transferência das verbas envolvidas nos projectos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover e harmonizar o desembolso através de tranches, uma vez que o adiantamento inicial se revela fundamental para a prossecução de várias acções; - Aceitar facturas pró-forma (sendo as facturas correspondentes emitidas depois de transferida a verba), uma vez que as entidades cabo-verdianas têm dificuldades em conseguir as facturas sem que o pagamento dos serviços tenha sido efectuado e muitas vezes não dispõem de condições para pagarem de forma antecipada; - Transferir competências para o serviço de cooperação no terreno e/ou para gestores locais dos programas; - Clarificar as previsões orçamentais e investir numa calendarização rigorosa das fases e actividades, aquando da concepção dos projectos. 	<p>IPAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O pagamento dos co-financiamentos do IPAD tem vindo nos últimos dois anos a assumir a forma de desembolsos através de tranches, sendo que o desembolso da 1.ª tranche é efectuado nos termos definidos nos respectivos Protocolos, tanto mais que as entidades executoras em Cabo Verde dão garantias da boa utilização destas verbas e da boa prestação de contas. - Havendo pagamento sob a forma de desembolsos através de tranches, não haverá necessidade de apresentação de facturas pró-forma para justificar pagamentos. - O Serviço de Cooperação e/ou os gestores locais em exercício possuem já competências alargadas no âmbito da execução financeira e material dos PPA (Programas/Projectos/Acções). Apenas dependem da prévia aprovação do IPAD quando se regista alguma alteração ao Plano de Actividades inicialmente previsto e/ou às despesas que lhe estão associadas. - De facto verifica-se que a maioria dos Documentos de Projecto apresentados pelas entidades proponentes não contemplam uma calendarização rigorosa das Actividades a realizar, nem tão pouco uma estimativa correcta e discriminadas dos custos associados. Estes elementos, fundamentais para um maior rigor na análise e posterior acompanhamento dos projectos, terão que ser obrigatoriamente fornecidos pelas ditas entidades. Nesse sentido, será fundamental o IPAD sensibilizar as entidades proponentes para a relevância deste tipo de informação.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>3. Reforçar os recursos humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acções de aumento da experiência dos recursos humanos do IPAD, na perspectiva do conhecimento do país e dos projectos é imprescindível para um bom planeamento e execução; - Dotação da embaixada, de pessoal administrativo suficiente, para que os serviços de cooperação possam ter um maior papel aos níveis do planeamento e da coordenação entre agentes; - Contratação de gestores locais, para projectos/programas cuja dimensão se justifique segundo critérios sectoriais. 	<p>IPAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No âmbito do novo PIC 2008-2011, os PPA que o justifiquem, pela sua dimensão, impacto e visibilidade, prevêem a realização de missões de acompanhamento no terreno, por elementos do IPAD. Desta forma, pretende-se contribuir para um melhor conhecimento de Cabo Verde por parte dos recursos humanos deste Instituto que se encontram envolvidos na cooperação com este país. - Os PPA de maior dimensão em curso têm já gestores em funções, muito embora não sejam na sua maioria gestores locais: o PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário tem uma coordenadora portuguesa, que acumula funções lectivas; o Projecto de Cooperação Técnico-policial conta com o apoio da Oficial de Ligação do MAI de Portugal; o Programa de Cooperação Técnico-militar tem sido desenvolvido com a colaboração directa do Adido Militar em funções junto da Embaixada de Portugal em Cabo Verde; já o Programa de Cooperação do MTSS tem subprojectos geridos por ONG locais.
<p>4. Contrabalançar a flexibilidade na reorientação de acções com a existência de regras mais claras, definidas e padronizadas, no que respeita aos métodos de trabalho entre instituições e aos critérios de aprovação dos projectos.</p>	<p>IPAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os critérios de aprovação dos PPA foram definidos e aprovados superiormente (ver “Procedimentos para análise de PPA de Cooperação apoiados pelo IPAD”, bem como as respectivas “Grelhas de análise com base na quantificação dos parâmetros constantes dos procedimentos estabelecidos”), estando já a ser aplicados pelos vários serviços responsáveis pela análise dos mesmos. - Para além disso, é de salientar que, segundo DL n.º 120/2007, art.º 3.º, ponto 2, alínea e), o IPAD tem como atribuição emitir parecer prévio vinculativo sobre os PPA de cooperação para o desenvolvimento financiados ou realizados por outras entidades do Estado.
<p>5. Investir na definição clara e detalhada das fichas de projecto ou dos planos de acção, com os objectivos qualitativos e metas quantitativas, a metodologia de actuação, a divisão de responsabilidades em termos de gestão e execução, previsão orçamental, os destinatários das acções e a calendarização das actividades</p>	<p>IPAD: A definição de todos estes aspectos está já consubstanciada no formulário do Documento de Projecto e nos seus anexos (disponíveis no site do IPAD), para consulta e utilização. O que se verifica é que algumas das entidades proponentes, ao elaborarem os Documentos de Projecto, não dão resposta, ou não a dão de forma satisfatória e razoável, a estas questões fundamentais para a análise dos projectos. Isto tem implicado atrasos nas análises, uma vez que obriga os serviços do IPAD a sucessivos pedidos de esclarecimentos adicionais. Nesse sentido, e conforme já referido anteriormente será fundamental o IPAD sensibilizar as</p>



RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
	<p>entidades proponentes para a relevância deste tipo de informação.</p> <p>Instituto Camões: Com vista a equacionar a pertinência, relevância, coerência e sustentabilidade da Cooperação Portuguesa, o IPAD poderia construir, em sintonia com as autoridades locais, um programa integrado de cooperação estruturado em Quadro Lógico, e, a partir dele, promover a apresentação, em cascata, de Quadros Lógicos sectoriais de todos os projectos, para tornar visível os seus objectivos globais, específicos e operacionais, os resultados e as actividades, a sua lógica de intervenção, indicadores de desempenho, meios de verificação e factores externos.</p>
<p>6. Investir em mecanismos de acompanhamento dos projectos que vão para além da execução financeira e que incluam uma avaliação qualitativa do andamento dos mesmos, da eficácia, da eficiência e dos resultados.</p>	<p>IPAD: A avaliação dos PPA executados tem sido de facto maioritariamente quantitativa, verificada através da execução financeira e documental. Prevê-se que no âmbito do novo PIC 2008-2011, assinado em Janeiro do corrente ano, sejam intensificadas e realizadas regularmente missões de acompanhamento no terreno, de elementos do IPAD ou de outras entidades executores e/ou co-financiadoras dos PPA em curso, de forma a avaliar a evolução qualitativa dos mesmos.</p> <p>Instituto Camões: O IPAD deve promover uma cultura de avaliação <i>ex-ante</i>, durante e <i>ex-post</i> com a participação dos promotores dos projectos de cooperação (incluindo, naturalmente, os parceiros nos países), devendo equacionar a eficiência face à eficácia dos resultados e a relação custo-benefício dos projectos.</p>
<p>7. Implementar uma cultura de avaliação dos programas de cooperação, utilizando critérios definidos conjuntamente ou através de indicadores já definidos por Cabo Verde.</p>	<p>IPAD: O IPAD tem procurado implementar essa mesma cultura de avaliação dos PPA, nomeadamente através do modelo de Documento de Projecto que é solicitado às entidades proponentes. Neste documento, as entidades proponentes deverão previamente definir quais os objectivos e os resultados que se pretendem atingir e quais as actividades a realizar. Terão também que ser definidos os indicadores, objectivamente verificáveis e mensuráveis, que permitirão avaliar se e em que grau foram alcançados os objectivos e os resultados, bem como se foram ou não realizadas as actividades planeadas.</p> <p>Instituto Camões: A avaliação <i>ex-ante</i>, durante e <i>ex-post</i> pressupõe o uso de <u>metodologias científicas</u> que deverão ser observadas, sob pena de os “critérios definidos” se poderem revelar subjectivos, inconsistentes e ineficientes e, conseqüentemente, ineficazes.</p>



RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>8. Reforçar a participação da sociedade civil portuguesa e cabo-verdiana na implementação do PIC, através de: Reforço e alargamento da linha de co-financiamento do IPAD à sociedade civil em geral; - Criação de financiamentos para implementação de acções e capacitação das organizações da sociedade civil cabo-verdiana, segundo critérios de apreciação e aprovação de projectos, de forma a permitir à cooperação portuguesa assumir um maior apoio e um reconhecimento do papel destes actores no desenvolvimento de Cabo Verde; - Adopção de uma nova abordagem no sentido de encarar as organizações da sociedade civil portuguesa e cabo-verdiana como agentes privilegiados de execução de projectos da Cooperação Portuguesa, segundo critérios de mais-valia específica (e consoante a natureza dos projectos).</p>	<p>Instituto Camões: O IPAD deveria dispor de critérios objectivos de apreciação de projectos, bem como deveria enquadrar os projectos e acções de organizações da sociedade civil financiados por si em programas sectoriais ou transversais de cooperação (» concentração).</p>
<p>9. Implementar os projectos de menor montante preferencialmente através da linha de pequenos projectos da Embaixada (permitindo assim conciliar dispersão com concentração);</p>	<p>IPAD: Desde 2005 que tem sido inscrita nos PAC uma linha de Financiamento para Pequenos Projectos, até € 50.000, das mais variadas naturezas e origens, de forma a dar resposta às solicitações de várias entidades cabo-verdianas, públicas ou privadas de interesse público. Estes projectos são apresentados ao IPAD via Embaixada, após terem sido analisados e aprovados pela Comissão de Acompanhamento, constituída por elementos da CP (Adido da CP), da Direcção Geral do Plano do Ministério das Finanças e da Direcção Geral de Cooperação Internacional de Cabo Verde.</p> <p>Instituto Camões: Com esta medida, o IPAD arrisca apoiar pequenos projectos que não se enquadram em programas sectoriais ou integrados e incentivar a autonomia de critérios das Embaixadas face aos da Cooperação Portuguesa. Consequências: projectos casuísticos, dispersos, desarticulados ou desajustados de programas de cooperação e meios financeiros desviados dos objectivos da Cooperação.</p>
<p>10. Incluir o reforço das capacidades locais nos critérios para a aprovação de projectos no seio desta linha.</p>	<p>IPAD: A aprovação de projectos no âmbito da Linha de Pequenos Projectos deverá seguir os mesmo critérios de avaliação que os restantes projectos (ver “Procedimentos para análise de PPA de Cooperação apoiados pelo IPAD”, bem como as respectivas “Grelhas de análise com base na quantificação dos parâmetros constantes dos procedimentos estabelecidos”), sendo a</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
	<p>sustentabilidade um desses critérios.</p> <p>Instituto Camões: Em conformidade com o referido no ponto anterior, o “reforço das capacidades locais” (meios humanos da Embaixada?), a observar-se, deveria ter em conta uma devida articulação com o IPAD para a eleição de projectos.</p>

2. Recomendações à Cooperação Portuguesa

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>11. Aumentar os valores da APD a Cabo Verde no sentido de cumprir os compromissos assumidos internacionalmente.</p>	
<p>12. Conceber internamente um documento de estratégia da CP para o país, que possa nortear a actuação da Cooperação Portuguesa e que estabeleça a visão portuguesa para além da negociação política do PIC com as autoridades cabo-verdianas. Este documento deverá definir politicamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os elementos estratégicos da visão da Cooperação Portuguesa para Cabo Verde; - Os objectivos e prioridades portuguesas para os anos em causa; - A filosofia de actuação da Cooperação Portuguesa em Cabo Verde; - As opções em termos de parcerias com outros doadores e com outros actores. 	<p>Instituto Camões: Elaboração de documento de estratégia (complementar do Quadro Lógico) que tenha em conta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As políticas cabo-verdianas para a redução da pobreza (DECRP) 2. As políticas portuguesas para a Cooperação (VECP) 3. Os objectivos e prioridades do IC em Cabo Verde 4. Eventuais parcerias com outros doadores e actores. <p>Hipóteses de parcerias com outros doadores: Brasil, Espanha, Luxemburgo Hipóteses de parcerias com outros actores: MC/DGLB; MCEs; Universidades Portuguesas; MJ; MTSS; IPAD; ONGD portuguesas e cabo-verdianas</p>
<p>13. Eliminar os PAC e elaborar um PIC cujo horizonte temporal seja alinhado com a estratégia de desenvolvimento cabo-verdiana (2008-2011) que inclua, nomeadamente: a ligação aos compromissos internacionais da APD, a definição dos eixos e áreas de intervenção (com respectiva justificação), os objectivos, os recursos, os critérios para selecção de projectos, os mecanismos e indicadores (quantitativos e qualitativos) de acompanhamento e avaliação. O PIC não poderá ser a soma de programas sectoriais, mas antes deve ter por base uma estratégia para o país. Nesse</p>	<p>IPAD: Foi elaborado o novo PIC entre Portugal e Cabo Verde, para o período de 2008-2011, de acordo com as orientações aqui expressas (ver documento referido, em particular o ponto 1.4. Eixos Estratégicos e Áreas de Intervenção). Este documento foi assinado por ambas as Partes a 23 de Janeiro de 2008.</p> <p>Instituto Camões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Quadro Lógico/Matriz de Enquadramento Lógico (MEL) para

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>sentido, as vertentes que se assumem como prioritárias são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A capacitação institucional da administração pública e outras instituições cabo-verdianas (incluindo aqui vários programas sectoriais, como as Finanças, a Justiça, a Segurança e Defesa, entre outros; - A educação, com um apoio mais direccionado para o ensino superior e para a promoção da língua portuguesa; - A redução da pobreza, quer através dos projectos de solidariedade, quer através de ajuda orçamental direccionada; - A estabilidade macroeconómica e o apoio indirecto ao desenvolvimento de projectos por parte de Cabo Verde; - Os pequenos projectos com grande visibilidade e impacto, nomeadamente, os que são executados no apoio a/ou através de organizações da sociedade civil cabo-verdiana. 	<p>o espaço temporal do próximo PIC (2008-2011);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hipóteses de parcerias com: MCES; Universidades Portuguesas; CRUP; IPAD - Hipóteses de parcerias com: MTSS (ocupação de tempos livres de crianças, jovens e adultos: formação em Língua Portuguesa); MC/DGLB equipamento bibliográfico de pequenas bibliotecas institucionais), outros Hipóteses de parcerias com: ONG cabo-verdianas (ocupação de tempos livres de crianças, jovens e adultos: formação em LP).
<p>14. Promover uma visão mais integrada e abrangente da CP que valorize igualmente e divulgue as boas práticas quer ao nível dos sectores, quer dos vários actores, quer das contribuições para projectos multilaterais que beneficiam CV.</p>	<p>Instituto Camões Ensino/aprendizagem da Língua e divulgação da Cultura Portuguesa transversais a outras áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projectos de formação profissional nas diversas áreas - Ocupação de tempos livres de crianças e jovens - Outros
<p>15. Reorientar as prioridades da CP no país, de forma a corresponder à nova fase de desenvolvimento de CV. Nomeadamente, desempenhar um papel importante na implementação do Plano de Acção da Parceria especial com a UE. Neste quadro, as acções da Cooperação Portuguesa têm claramente condições para se inserirem e complementarem a Parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na reforma das finanças e da administração pública; - No sector da justiça; - Na justiça, uma vez que Cabo Verde necessita de uma adaptação e adequação legislativa a novas regras e quadros internacionais, através de uma convergência técnica e adequação às normas da CE. 	<p>IPAD: A Parceria Especial está contemplada e devidamente identificada como prioridade da CP no novo PIC 2008-2011, no Eixo Estratégico I – Boa Governação, Participação e Democracia. Neste Eixo incluem-se ainda os PPA nas áreas complementares a esta Parceria, aqui recomendadas, da Capacitação Institucional (1.1), das Finanças Públicas (1.2) e da Segurança Interna (1.3).</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>16. Reforçar o carácter estruturante da CP, através da inclusão de projectos avulsos em programas com uma visão integrada, nos vários sectores de actuação. Dois exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No seio do apoio ao ensino superior, deverá existir um programa integrado que inclua a política de bolsas, o apoio à Uni-Cv, fornecimento de material bibliográfico e outras componentes, de forma a corresponder a uma visão estratégica de apoio ao sector e poder gerar sinergias entre as várias acções; - No sector da saúde, terá de existir um programa que preconize uma estratégia integrada, de forma a coordenar a diminuição de evacuações com a correspondente criação de capacidades locais. 	<p>IPAD: Esta visão mais estruturante e integrada da CP tem vindo progressivamente a ser posta em prática. Já no PAC de 2007 se verificou um claro esforço neste sentido, com a transformação de projectos avulsos em programas mais integrados. É o caso precisamente do Programa de Apoio à Universidade de Cabo Verde, que agregou os vários projectos e acções de apoio a esta Universidade. No entanto, reconhece-se a necessidade de manter este esforço no futuro, de forma a tornar a acção da CP o mais eficaz e eficiente possível. Para tanto, as próprias entidades proponentes deverão estar sensibilizadas para esta orientação da CP, uma vez que serão elas a definir e estruturar os ditos Programas.</p> <p>Instituto Camões: IC enquanto coordenador e gestor dos ensinos básico, secundário e superior – proposta às autoridades cabo-verdianas de um programa integrado que inclui projectos com as seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação de licenciados em Português, incluindo a distância - Formação contínua de professores de Português, incluindo a distância - Formação em LP de outros docentes e de profissionais de todas os sectores económicos que dela necessitem, incluindo a distância - Concessão de bolsas de estudo - Fornecimento de material bibliográfico a estabelecimentos de ensino - Equipamento bibliográfico em LP de bibliotecas municipais - Articulação da divulgação de eventos da Cultura portuguesa - Promoção da produção científica e cultural cabo-verdiana, e sua divulgação - Promoção e colaboração em programas locais de Turismo Cultural e Turismo da Natureza (que poderão constituir <i>clusters</i> da Cooperação) – ex. Cidade Velha: recuperação do património arquitectónico de origem comum no contexto de programa integrado de dinamização turística da região – parcerias com MAOTDR, MEI, MC...
<p>17. Relativamente às modalidades da ajuda: Coordenar a acção com os outros doadores; Conceder ajuda orçamental.</p>	<p>IPAD: No novo PIC 2008-2011 está consagrada e contemplada a ajuda orçamental, tendo sido disponibilizado já para o ano de 2008 uma verba de 1,5 milhões de euros. Esta modalidade da ajuda permitirá a participação de Portugal nas reuniões de coordenação de doadores, que têm vindo a ocorrer sob a liderança do Banco Mundial. Isto irá constituir uma oportunidade para melhorar a coordenação da CP com outros doadores, criando parcerias e sinergias e maximizando os resultados com as verbas disponíveis.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
	<p>Paralelamente, a CP tem participado, e irá continuar a participar, nos esquemas de coordenação existentes, tendo mesmo a Embaixada de Portugal promovido reuniões periódicas com os Embaixadores residentes dos países da UE.</p> <p>Instituto Camões: Em função da realidade encontrada, o IC tentará propor alternativas que garantam que a formação de professores se realizará exclusivamente em LP:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dando formação em LP aos formadores de Espanha e do Luxemburgo - “Negociando” com Espanha e Luxemburgo a entrega da formação de professores a formadores nacionais de países de LP - Relativamente ao Brasil, propor alternativas para substituição de bolsas no Brasil por formação em Cabo Verde (para evitar a “fuga de cérebros”).
<p>18. Promover mais acções conjuntas com o sector empresarial, em parceria, de modo a promover a participação de empresas portuguesas em projectos estruturantes para Cabo Verde, bem como o investimento directo de empresas portuguesas no país.</p>	<p>Instituto Camões: Proposta de cluster da Cooperação em zona de passado histórico-cultural comum com potencial turístico: exemplo: Cidade Velha IPAD como coordenador e ministérios sectoriais como angariadores de parcerias empresariais (construção civil, transportes...)</p>
<p>19. Reforçar a capacidade de decisão da embaixada a vários níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para transferir progressivamente para o terreno uma componente mais forte de concepção: a proposta dos próprios programas de cooperação, a identificação de projectos e uma gestão mais autónoma dos mesmos, a realização de avaliações de projectos, etc. - Para reforçar o acompanhamento qualitativo dos projectos e reduzir o número de missões externas, contribuindo para os objectivos da Declaração de Paris e para uma maior eficiência da cooperação; - Para simplificar procedimentos. 	<p>IPAD: Qualquer uma das recomendações aqui expressas, no sentido de reforçar a capacidade de decisão dos Serviços de Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Praia, assenta na necessidade de aumentar o seu quadro de recursos humanos, em especial pessoal administrativo. Só assim será possível libertar os técnicos que actualmente se encontram em funções das tarefas administrativas e de gestão do quotidiano e promover a sua participação aos níveis da concepção, acompanhamento qualitativo e avaliação dos projectos em curso.</p>
<p>20. Conferir maior visibilidade à actuação da CP, utilizando uma estratégia de comunicação, informação e divulgação mais estruturada e abrangente (nomeadamente através de menções nos equipamentos, placas de reconhecimento do apoio português, websites – em Portugal e Cabo Verde – e media).</p>	<p>IPAD: Todos os projectos apoiados pela CP referem, nos seus documentos de formalização de concessão desse apoio, a obrigatoriedade de as entidades executores garantirem a sua visibilidade. Todavia, há dificuldades em fazer cumprir este requisito, devido há escassez de recursos humanos da CP no terreno. Isto poderá ser ultrapassada, quer pela intensificação das missões de elementos do IPAD e/ou de outros parceiros, quer pelo reforço dos recursos humanos em funções nos Serviços de Cooperação.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
	<p>Instituto Camões: Projectos do IC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Placas exteriores nos edifícios das entidades apoiadas: “Apoio da Cooperação Portuguesa / MNE/Instituto Camões” - Divulgação do apoio na comunicação social (designadamente no encarte do IC no Jornal de Letras) portuguesa e cabo-verdiana.
<p>21. Reforçar e redefinir os mecanismos de coordenação dos agentes da CP. Ao nível político, importa que existam reuniões de coordenação interministerial. Ao nível técnico, a realização de reuniões regulares em termos sectoriais e por país poderia ter utilidade desde que existisse uma definição clara das prioridades portuguesas em cada sector. A aprovação de estratégias sectoriais, com metas e indicadores precisos, poderá ser um primeiro elemento de enquadramento; a definição de documentos de estratégia por país poderia também contribuir para guiar os vários sectores.</p>	<p>Instituto Camões: Até à transição do ensino básico e secundário (operada pelo PRACE) do ME para o MNE/IC, é fundamental e urgente a realização regular, sob coordenação do IPAD, de reuniões técnicas sectoriais (área da Educação) com todos os actores da CP, incluindo da sociedade civil (associações, fundações, ONGD). A elaboração de Quadros Lógicos de Programas ou projectos resolve esta situação.</p>
<p>22. Assumir um papel activo na harmonização da ajuda, particularmente intra-UE (aplicação do Código de Conduta sobre Divisão de Trabalho), podendo liderar a coordenação em alguns sectores (nomeadamente sector da segurança, entre outros).</p>	<p>Instituto Camões: Coordenação portuguesa da área da Educação/Ensino: MNE/IC</p>
<p>23. Promover estudos analíticos e avaliações conjuntas com outros doadores.</p>	
<p>24. Agilizar o processo de concessão de vistos a estudantes ou quadros superiores que tenham sido seleccionados para frequentar cursos em Portugal, ao abrigo de acordos de cooperação entre Portugal e Cabo Verde aproveitando a existência de um oficial de ligação do SEF no terreno.</p>	

Recomendações Sectoriais Específicas

Educação e Formação de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>25. Transitar de uma estratégia de substituição de competências locais pela formação das mesmas, quer investindo na formação de professores cabo-verdianos e nas capacidades técnicas locais, quer apostando num apoio estruturante e sustentado ao ensino superior (através de uma visão integrada que inclua a política de bolsas, o apoio à Uni-CV e outras componentes);</p>	<p>Instituto Camões: Promoção, em articulação com o ME cabo-verdiano, ISE e UNI CV, da formação de docentes dos ensinos básico e secundário, incluindo a distância, harmonizando e gerindo as necessidades de formação com as necessidades do país.</p> <p>Necessidade de identificação de coordenador institucional português para a formação local de docentes em todas as disciplinas do ensino básico e secundário (não apenas em Língua Portuguesa): IC como entidade mais adequada.</p> <p>Parceria com ME para a colocação em CV de formadores de docentes do ensino básico e secundário e com o MCES, Universidades e CRUP para leccionação na UNI CV.</p>
<p>26. Terminar o PADES na sua vertente de envio de professores portugueses para leccionar no ensino secundário, uma vez que Cabo Verde tem vindo a formar os seus professores, diminuindo as necessidades de recorrer a professores estrangeiros;</p>	<p>Instituto Camões: Promoção, em articulação com o ME cabo-verdiano, de concursos para docentes (de nacionalidade cabo-verdiana) do ensino secundário.</p> <p>Divulgação da abertura dos concursos nos países da diáspora (EUA, Portugal, França, Holanda, Brasil...), através das Embaixadas de Cabo Verde nos países, divulgação na página do IC na Internet e outros sítios.</p>
<p>27. Relativamente à política de bolsas, (i) concentrar as bolsas de graduação (licenciatura) em áreas que são essenciais para o desenvolvimento de Cabo Verde (nomeadamente que não são cobertas pela Uni-CV, como os cursos na área da medicina, matemáticas e engenharias); (ii) aumentar as bolsas de pós-graduação (mestrados e doutoramentos); (iii) agilizar os procedimentos de atribuição de bolsas, nomeadamente estendendo o prazo para envio dos processos e simplificando a atribuição de vistos aos bolseiros;</p>	<p>Instituto Camões: Identificação das áreas essenciais.</p> <p>Parceria com MCES, Universidades e CRUP para a concessão de bolsas e para a recepção de alunos cabo-verdianos em cursos e pós-graduações não existentes na UNIV CV.</p> <p>Negociação política entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde para a concessão de bolsas em Portugal que obrigue os bolseiros a regressar a CV (ex.: entrega dos diplomas em CV; obrigatoriedade de emprego, por nº de anos a determinar, em serviços do Estado cabo-verdiano; penalizações pelo não retorno: diminuição futura de concessão de bolsas; etc.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>28. Continuar o apoio estruturante na área da formação profissional, que corresponde a uma prioridade integrada estratégica para o combate ao desemprego e para o desenvolvimento de CV;</p>	<p>Instituto Camões: Parceria com os ME e MTSS/IEFP portugueses e cabo-verdianos para a identificação das áreas carenciadas e do perfil dos potenciais formandos, de modo a planear os cursos profissionais adequados.</p>
<p>29. Desenvolver, através da concertação entre o Ministério da Educação, o IPAD e o ICA, uma estratégia integrada de apoio à Língua Portuguesa no exterior. Esta estratégia terá certamente nuances consoante os países. No caso de Cabo Verde, a aposta deverá ser na produção de documentação, materiais pedagógicos e legislação em português; na promoção de materiais de ligação ao crioulo (p. ex. gramáticas e dicionários), na distribuição de livros técnicos e científicos (p. ex. na Uni-CV) e na formação dos agentes da língua (professores, educadores, mediadores). A coordenação com o IILP, com sede na cidade da Praia, deveria ser promovida;</p>	<p>Instituto Camões: Após a transição do ensino básico e secundário (operada pelo PRACE) do ME para o MNE/IC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação/parcerias com o ME e editoras portuguesas para apoio à criação de editoras locais vocacionadas para a produção de materiais pedagógicos e livros técnicos e científicos adequados à realidade cabo-verdiana (coordenação do Min. Educação cabo-verdiano e UNI. CV) – Min. Finanças fundamental para criação de incentivos às editoras portuguesas (designadamente fiscais). - Parceria com Assembleia da República, Min. Justiça português e Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra (com tradição no ensino do Direito nos PALOP) para colaboração na produção de legislação, incluindo a distância. <p>Coordenação global do IC em articulação com o IILP</p>
<p>30. Realizar uma avaliação das feiras do livro, que permita repensar o modelo e estrutura actualmente implementados, de forma a criar sinergias entre editoras dos dois países e potenciar o desenvolvimento do sector editorial e de distribuição cabo-verdiano;</p>	<p>Instituto Camões: Proposta de extinção das Feiras do Livro Português, a substituir pela criação e equipamento bibliográfico de bibliotecas escolares e municipais – parceria com MC/DGLB, FCG e outras entidades (incluindo editoras e livreiros).</p> <p>Parceria com Min. Finanças e Cultura cabo-verdianos, Associação de Escritores e editoras portuguesas para a criação de editoras locais (Min. Finanças português fundamental para criação de incentivos às editoras portuguesas, designadamente fiscais).</p> <p>Coordenação global do IILP e IPAD.</p>

Capacitação Institucional

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>31. Promover a inclusão de acções de reforço das capacidades locais e de desenvolvimento institucional nos programas de cooperação, de forma a promover progressivamente a apropriação, pelos cabo-verdianos, do seu processo de desenvolvimento (p. ex. na área da Saúde, reforçar as competências e infra-estruturas locais em áreas-chave para poderem ser diminuídos os valores das evacuações médicas);</p>	<p>Instituto Camões: Criação de um Centro de Língua Portuguesa nas instalações da UNIV CV, como centro de recursos para variadas licenciaturas. Dotação das escolas secundárias das diversas ilhas com computadores ligados à Internet. Parceria com Min. Educação, MCES e empresas portuguesas de informática. Cursos específicos de LP para docentes e alunos de outras áreas, com recurso aos docentes de LP já formados pelo IC. Cursos específicos de LP para jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho, com défice na LP, incluindo a distância.</p>
<p>32. Apostar numa visão integrada das acções de formação/capacitação, para assegurar a sustentabilidade dos resultados, ou seja, incluir as acções de curta duração em programas mais abrangentes que incluam outras componentes (p. ex. equipamento, outras assistências técnicas) que permitam às entidades cabo-verdianas dar continuidade aos conhecimentos adquiridos;</p>	<p>Instituto Camões: Inclusão da previsão de acções de formação em LP e de necessidade de equipamentos associados nos programas e projectos dos vários sectores económicos e sociais, de modo a que a capacitação em LP constitua uma área transversal à Cooperação Portuguesa.</p>
<p>33. Investir na Justiça e na capacidade de proposição legislativa da administração pública em geral, uma vez que corresponde a uma mais-valia da CP e é fundamental face aos actuais desafios de Cabo Verde. Neste quadro, impõe-se a aposta em acções de média duração (por contraponto a formações de curta duração), e mais estruturantes, nomeadamente através de parcerias com outros doadores que permitam colmatar os constrangimentos financeiros.</p>	<p>Instituto Camões: Cursos específicos de LP para funcionários que trabalham nessas áreas, incluindo a distância.</p>

Serviços Sociais e Solidariedade

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>34. Dar continuidade aos programas de apoio a grupos vulneráveis, reformulando os programas para que seja assegurada uma progressiva sustentabilidade dos mesmos em Cabo Verde.</p>	<p>Instituto Camões: Cursos específicos de LP para jovens e adultos com défice em LP. Cursos de formação em áreas culturais – parceria com MC e IEFPP para cedência de formadores.</p>

3. Recomendações a Cabo Verde

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<p>35. Assumir uma posição mais marcante no que toca à coordenação entre doadores.</p>	<p>Instituto Camões: Diálogo entre o IC e os Min. Educação, Cultura, UNIV CV, ISE e IEFPP cabo-verdianos para a harmonização da prestação da ajuda internacional.</p>
<p>36. Reforçar o processo de planeamento da cooperação com Portugal.</p>	<p>Instituto Camões: Diálogo entre o IC e os Min. Educação, Cultura, UNIV CV, ISE e IEFPP para a planificação de um programa integrado de cooperação (internacional).</p>
<p>37. Reforçar a coordenação interna.</p>	<p>Instituto Camões: Identificação e responsabilização de 3 coordenadores institucionais cabo-verdianos para as áreas da Educação, Cultura e Trabalho.</p>